



Kit Gaoin



Jesus Carlos

Sem garantia de PCS, cresce mobilização

JT/Barra Funda vai parar 24h na segunda e TRF/JF decide adesão à greve na próxima quarta

As declarações da nova equipe econômica do futuro governo Dilma Roussef de que não haverá reajuste para o Judiciário foram criticadas nas assembleias/atos realizadas nesta quinta-feira, 25. Somadas à falta de empenho do STF pela aprovação do PCS, os servidores demonstraram disposição de lutar.

Os servidores da JT/Barra Funda decidiram parar 24 horas na próxima segunda-feira, 29. Às 11h, haverá uma assembleia geral para definir os próximos passos da mobilização.

Já no TRF/JF, foi aprovada uma nova assembleia/ato na próxima quarta, 1º de dezembro, em frente à JF/Pedro Lessa. No dia, será avaliada a adesão à greve por tempo indeterminado.

Na JF de Santos e na JF de Taubaté, os

servidores também realizaram atos pelo PCS e contra o congelamento salarial.

No sábado, 27, será realizada a 30ª Reunião do Conselho de Base do Sintrajud, a partir das 9h, com assembleia às 15h. Na ocasião, a categoria vai definir os próximos passos da mobilização.

Nesta quinta, os servidores de Piauí aprovaram greve por tempo indeterminado a partir do dia 30. A greve nacional já conta com onze estados (Bahia, Mato Grosso, Alagoas, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Amazonas, JT da 15ª Região de Campinas, Maranhão, Rio de Janeiro, Pará e Amapá).

Na JT, “sem negociação, não tem Conciliação”

Está prevista a presença do ministro

César Peluso em evento oficial que vai abrir a Semana, nesta segunda. Mas sem negociações efetivas e garantias do PCS, a Semana pode estar ameaçada, pois assembleia vai deliberar sobre a greve.

De acordo com o diretor de base David Landau, na assembleia será avaliada a postura do presidente do STF Cezar Peluso, que recebeu a Fenajufe nesta quinta, em Brasília. Também será analisado o movimento em nível nacional e a mobilização da categoria. “Temos urgência”, disse David.

Para Inês de Castro, diretora do Sintrajud, é hora de aumentar a mobilização, por isso a participação de todos será fundamental para a conquista. “Com uma grande mobilização vamos demonstrar o nosso descontentamento”, afirmou.

À luta pelo PCS, soma-se ainda o movimento para barrar o PLP 549/09. O projeto acresce um dispositivo à Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando os gastos da União com o funcionalismo até 2019. Na prática, se aprovada, a proposta pode colocar o PCS na ilegalidade.

Para a diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo, “São Paulo tem tradição de luta e já está mais do que claro que só com muita mobilização, o PCS será conquistado”. “O governo tem uma política, que está cada vez mais reafirmada, que é congelar os salários”, ressaltou Ana. “O Poder Judiciário, com a autoridade que tem, deve impor a aprovação do projeto. É um direito nosso, que tem que ser cumprido, mas para que esse direito seja garantido vamos ter que retomar a greve”.

Peluso reafirma defesa de PCS, mas diz que não sabe se falará com Lula

Presidente do STF diz esperar uma definição até dia 5, pede ajuda dos servidores no Congresso e reforça ideia de que recursos do orçamento estão em disputa

No dia seguinte às manifestações nacionais da categoria em Brasília, o presidente do STF, Cezar Peluso, disse a representantes dos servidores que continua defendendo o PL 6613/09 e confiando em uma solução negociada com o governo. Mas, diferente do encontro anterior, pediu aos servidores ajuda no convencimento do Congresso Nacional.

O ministro sinalizou os dias 5 ou 6 de dezembro para dar uma resposta sobre as negociações. A data coincide com o calendário de tramitação da proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2011 na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que prevê a votação do relatório final no início do mês

que vem.

Peluso confirmou que conversou sobre o PCS com o relator da Comissão de Orçamento, Gim Argello (PTB-DF), e que este confirmou a possibilidade de reservar cerca de R\$ 1 bilhão para pagar uma parcela inicial do projeto em 2011.

“Está complicado. Precisamos fazer a greve pra valer”, defende Antonio Melquiades, o Melqui, diretor do Sintrajud e da Fenajufe. Ele participou da reunião ao lado dos também dirigentes da federação Ramiro Lopez e Roberto Policarpo.

Num tom sucinto, Peluso disse que não tinha nada de novo para falar com os servidores, que tudo estava sendo negociado e que, assim que houver novidade,

ou ‘mesmo que não haja’, voltará a falar com os dirigentes sindicais. Questionado pelos servidores sobre a reunião que teria com o presidente Lula, procurou dar pouco peso a isso e disse que ‘talvez não fosse necessária’ para resolver o problema. “Dissemos a ele que achávamos necessário sim”, relata Melqui.

Aparentemente, estaria se tentando minimizar a importância de uma conversa entre Peluso e Lula. Os servidores pressionam, no entanto, para que isso ocorra, momento em que o chefe do Judiciário poderia cobrar a aprovação do projeto e criar uma situação objetiva que obrigasse o governo a negociar.

Atenção servidor!
Segunda,
29/11, é dia de
paralisação
na JT/ Barra
Funda

Veja o calendário

27/11 - Conselho de Base às 9h e assembleia geral às 15h, no Sindicato

29/11 - Dia de paralisação na JT/ Barra Funda

Assembleia às 11h para decidir indicativo de greve por tempo indeterminado

1º/12 - Assembleia/ato do JF/TRF em frente ao Fórum Pedro Lessa para discutir deflagração da greve

Dia Internacional de combate à violência contra a mulher



Servidores fazem um minuto de silêncio em frente ao TRF

Para celebrar o Dia Internacional de Combate à violência contra a mulher a CSP-Conlutas e diversas entidades feministas realizaram ato no Pátio do Colégio, centro de São Paulo. Na assembleia realizada no TRF, as servidoras e servidores também fizeram uma homenagem às mulheres vítimas de violência, com um minuto de silêncio.

A diretora do Sintrajud e da Fenajuf Ana Luiza Figueiredo que mesmo sendo uma assembleia

específica para discutir o PCS da categoria, o dia 25 de novembro não poderia passar despercebido pela situação em que se encontram as mulheres no Brasil e em diversas partes do mundo. “Vamos fazer um minuto de silêncio para registrar a nossa luta contra o machismo, esta forma brutal de opressão contra a mulher que vão desde brincadeiras de mau gosto como assassinatos por motivos banais, como ocorreram com

Mércia Nakashima, Elisa Samúdio”, disse.

A Lei Maria da Penha, infelizmente, está demonstrando sua ineficiência. Sua existência é incapaz de contrariar as estatísticas: a cada duas horas, uma mulher morre em nosso país. “O governo Lula, ao invés de investir em políticas de atendimento à mulher, tais como casas-abrigo e suporte jurídico e psicológico, retirou quase metade do orça-

mento da secretaria especial de mulheres. Conclusão: a violência persiste”, ressaltou a dirigente da Apeesp e da secretaria de mulheres da CSP-Conlutas, Janaina Rodrigues.

Para ela, as mulheres não podem mais aceitar que o machismo seja utilizado como forma de dominação e exploração. “A nossa única alternativa contra tudo isso é a nossa organização e luta”, argumentou.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 29 de novembro do ano corrente, a partir das 11 horas, em primeira convocação – na JT Barra Funda (Av. Marques de São Vicente, 235, Barra Funda).**

PAUTA:

- Campanha pelo PCS- 4 e contra o congelamento salarial;
- Avaliação do movimento reivindicatório;
- Deflagração do movimento grevista, com assembleia permanente;
- E, outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 25 de novembro de 2010.

Leica Claudio Silva

Coordenadora Geral

Maria Angélica Olivieri

Coordenadora Financeira

Fala Servidora A violência contra a mulher tem a ver com o machismo?



“Nós já avançamos muito, mas ainda há muito machismo nessa sociedade. A situação para a mulher sempre é mais difícil. Sem dúvida a violência contra a mulher tem a ver com o machismo. Os homens podem fazer o que quiser, mas para as mulheres tudo é limitado. Ela não manda nem no seu próprio corpo. São tratadas como objetos sexuais”.

Stella Maris Mellin, servidora do TRF.



“A violência contra a mulher não é só física. No nosso país essa situação de domínio do homem sobre a mulher é cultural. É preciso mudar essa situação. Tem a Lei Maria da Penha, mas essa lei precisa ser exercida de fato. Tem que ter mecanismo para que a mulher vítima de violência tenha amparo, tenha um abrigo para que não seja obrigada a conviver com o seu agressor como acontece cotidianamente”.

Luzia Melchiades servidora da JF.

STF encaminha a deputado nota técnica em defesa do conteúdo original do PL 6613/09

O Supremo Tribunal Federal [STF] elaborou uma nota técnica em que defende a aprovação do conteúdo original do PL 6613/09, que revisa o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal. O mesmo documento foi encami-

nhado ao deputado Reginaldo Lopes [PTB-MG], que apresentou emendas ao PL na Comissão de Finanças e Tributação [CFT] da Câmara dos Deputados.

O Supremo, na nota, defende a viabilidade da aprovação da proposta e esclarece alguns

pontos levantados pelo deputado em relação à emenda apresentada por ele, propondo que a forma de remuneração seja por meio de subsídio.

Veja a íntegra da nota no site do Sintrajud www.sintrajud.org.br

STJ acolhe ação da OAB/BA contra greve dos servidores

A OAB, seção da Bahia, havia ajuizado uma ação contra a greve dos servidores do Judiciário Estadual e Federal. O pior é que o STJ acolheu os argumentos da ação. A liminar deferida pelo órgão determina que os servidores, no âmbito do estado, mantenham efetivo mínimo de 60% da categoria em atividade, sob pena de multa de 10 mil reais por dia. Para o Sintrajud, a decisão é um precedente que só prejudica a luta dos trabalhadores por seus direitos. E ainda é um ataque ao direito de greve. O Sindicato ainda lamenta a iniciativa da OAB.

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevreiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.